



## **PLANO DE TRABALHO**

### **OBJETO:**

**Execução do Projeto EDUCAÇÃO PARA VIDA: Formação, Atitude e Transformação/Projeto RONDON Minas nos municípios mineiros com baixo índice de desenvolvimento humano, em parceria com o poder público local, instituições públicas e privadas e instituições de ensino superior.**



## 1- DADOS CADASTRAIS

<u>ENTE FEDERADO BENEFICIADO</u>		<u>CNPJ</u>	
<u>EMAIL</u>	<u>TELEFONE</u>	<u>FAX</u>	
<u>ENDEREÇO</u>		<u>BAIRRO:</u>	
<u>CIDADE:</u>	<u>CEP:</u>	<u>UF:</u>	<u>UNIDADE GESTORA-UG:</u>
<u>NOME DO RESPONSÁVEL</u>	<u>CPF</u>	<u>CI</u>	<u>SSP</u>
<u>CARGO</u>	<u>FUNÇÃO:</u>	<u>MATRICULA</u>	
<u>ENDEREÇO</u>	<u>BAIRRO</u>		
<u>CIDADE</u>	<u>CEP</u>	<u>UF</u>	

<u>INTERVENIENTE EXECUTOR</u>		<u>CNPJ</u>	
Projeto RONDON Minas			
<u>EMAIL</u>	<u>TELEFONE</u>	<u>FAX</u>	
<a href="mailto:rondonminaslocal@gmail.com">rondonminaslocal@gmail.com</a>	(31) 99721-7532		
<u>ENDEREÇO - (Rua, nº)</u>	<u>BAIRRO</u>		
Avenida Álvares Cabral, nº 1741, 11º andar	Santo Agostinho		
<u>CIDADE</u>	<u>CEP</u>	<u>UF</u>	
Belo Horizonte	30170-001	MG	
<u>NOME DO RESPONSÁVEL</u>	<u>CPF</u>	<u>CI</u>	<u>SSP</u>
Monica Abranches Fernandes	882660956-04	M-5598507	MG
<u>CARGO</u>	<u>FUNÇÃO</u>	<u>MATRICULA</u>	
Presidente	Presidente do Instituto RONDON Minas		
<u>ENDEREÇO - (Rua, nº, bairro)</u>	<u>BAIRRO</u>		
Rua Santo Agostinho 1118	Sagrada Família		
<u>CIDADE</u>	<u>CEP</u>	<u>UF</u>	
Belo Horizonte	31035-480	MG	



## 2 – IDENTIFICAÇÃO DOS EXECUTORES E PARCEIROS

### 2.a – PROJETO RONDON® MINAS

O **Projeto RONDON Minas** é uma organização não governamental, de caráter privado, sem fins lucrativos, que atua desde 2005, com vasta experiência e currículo junto a parceiros das iniciativas público e privada através de uma cooperação técnica, financeira e solidária. Dentre estes parceiros estão a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC Minas<sup>1</sup>, a Secretaria de Estado para o Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas/SEDVAN MG (2005/2006), o Ministério do Turismo/Banco do Brasil (2006/2007), a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social/SEDESE MG (2008/2009), Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM/Governo do Estado de Minas Gerais (2010/2013), além de Prefeituras Municipais do Estado de Minas Gerais e diversas IES – Instituições de Ensino Superior (total de 13 instituições).

Estas experiências trouxeram um caráter transdisciplinar para o Projeto RONDON®, o que promove a inovação em tecnologias sociais, em diversas áreas de conhecimento, para atendimento das demandas da sociedade. O Projeto RONDON Minas é também registrado e autorizado junto ao Instituto Projeto RONDON Nacional com sede em Brasília (<http://www.projettorondon.org.br/>).

O potencial do Projeto RONDON® se dá em mais de um aspecto:

1) O Instituto desenvolve, desde 2005, suas operações em duas vertentes: a) **Ação Regional** - intervenção social em municípios mineiros de até 60 mil habitantes, com baixo índice de desenvolvimento humano, priorizando as regiões mais vulneráveis de Minas Gerais, sendo 115 municípios atendidos no Estado, totalizando 279 intervenções e, b) **Ação Local** - intervenção social em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, priorizando áreas (bairros, regionais) de extrema vulnerabilidade social, como assentamentos irregulares, áreas de risco, entre outros, buscando diagnosticar e intervir na situação de violação dos direitos sociais dessas comunidades, a exemplo da Vila Cemig, Vila Petrovale, Vila São Bento, Bairro Cabana, Comunidade da APAC (sistema prisional em Santa Luzia/MG), Bairro Nova Vista em parceria com o Projeto Circuito Jovem, do Centro Marista de Belo Horizonte, Vila São João no bairro Olhos D'Água, Ação Solidária – Dia C no Bairro Pampulha em parceria com a OCEMG, ações de capacitação na Vila Fátima em Ribeirão das Neves e parceria com o Curso de Capacitação Construção e Cidadania do Vicariato Episcopal e PUC Minas. Além dessas ações, técnicos e universitários do Projeto RONDON foram aprovados em editais do ministério da defesa para participar do RONDON NACIONAL, com participação em 8 intervenções e seis municípios na região da Amazônia, Pará e Tocantins;

2) A metodologia de gestão participativa dos trabalhos, das pesquisas, diagnósticos socioespaciais, planos técnicos de diversas áreas de conhecimento e trabalho

<sup>1</sup> Os convênios para a viabilização dos projetos realizados no período de 2005 a 2013 foram gerenciados pela PUC Minas em parceria com a Associação de Rondonistas do Estado de Minas Gerais.



comunitário, que são de alta complexidade, tem por finalidade o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades atendidas. Essas ações primam pelo trabalho socioeducativo junto às comunidades, além do incentivo a participação popular, ações de formação política e de lideranças e geração de trabalho e renda. A opção pela gestão participativa é uma estratégia para garantir a inserção de várias áreas de conhecimento e utilizar a interdisciplinaridade na reflexão e solução dos problemas sociais;

3) Atuação social considerando o princípio da economicidade em executar ações de promoção e avaliação das políticas públicas existentes e demandas dos respectivos parceiros com recursos otimizados, devido ao engajamento de número significativo de voluntários técnicos e universitários extensionistas, além do potencial de mobilizar profissionais capacitados com uma visão sistêmica e com responsabilidade social. O voluntariado universitário advindo de vários cursos de graduação e pós-graduação das IES mineiras e de outros Estados tem sido um diferencial importante nas ações do projeto RONDON® Minas, pois converge diferentes olhares para a realidade a ser tratada, além de agregar muitos indivíduos aos recursos humanos do projeto (cerca de 300 voluntários por semestre);

4) A metodologia de trabalho comunitário desenvolvida no Projeto RONDON®, junto às diretrizes da política de extensão universitária tornou-se uma referência em âmbito nacional e internacional junto às Instituições de Ensino Superior e demais entidades do Terceiro Setor, sendo a coordenação do Projeto RONDON® convidada para apresentar o Projeto Metodológico em três grandes eventos acadêmicos: Encontro de Universidades Brasil/Bolívia (2008) realizado na UNIDERP/MS; Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (Mato Grosso do Sul, 2009), Fórum Nacional de Extensão Universitária das Universidades Comunitárias (2010) e *Asamblea Nacional de Rectores* (Peru, 2009), entre outros eventos nas universidades mineiras. Este trabalho tem como orientação principal o planejamento e a realização de atividades de mobilização social que incentivam a autonomia das comunidades a se organizarem política e coletivamente para superar sua situação de vulnerabilidade social e exclusão;

5) Toda a experiência da instituição se fundamenta na ótica dos direitos humanos (fundamentado nos tratados de acordos nacionais e internacionais), empreendedorismo social e sustentabilidade, tendo como Eixos Norteadores do trabalho: a mobilização da comunidade em torno de um programa de desenvolvimento; o incentivo ao resgate da cultura local; o incentivo à participação popular; a realização de ações que contribuam para criação de um espírito empreendedor da população; a identificação de potencialidades, problemas e proposição de soluções coletivas; a identificação e captação de outros parceiros para o cumprimento de projetos específicos; a formação de agentes multiplicadores em diversas temáticas; a criação de condições para a continuidade das ações desencadeadas; a integração/articulação das políticas públicas municipais e estaduais.

No ano de 2011, o Projeto RONDON® recebeu o Prêmio Hugo Werneck – de Sustentabilidade e Amor à Natureza (“Oscar da Ecologia”), na categoria Acadêmico;

6) É uma diretriz institucional do Projeto RONDON® a elaboração de Plano de



Capacitação dos técnicos, coordenadores e universitários que integram as equipes de trabalho para cada atuação do Projeto Rondon Minas, totalizando uma programação de cerca de 100 horas/aula para 200 horas de trabalho de campo nas comunidades. São temáticas como: Formação Política, Educação Fiscal e Previdenciária, Gestão de Resíduos, Educação Ambiental, Políticas Públicas, Saúde Coletiva, Gestão Cultural, Economia Solidária, Trabalho Comunitário, Mobilização Social e Mediação de Conflitos, Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais, Desenvolvimento de Diagnóstico, entre outros. Esta participação de profissionais e universitários de diversas Instituições de Ensino Superior já atingem cerca de 2.000 Rondonistas e promovem a troca de experiências entre o saber popular e o científico gerando a produção de conhecimento e fomentando pesquisas que podem subsidiar avaliação de políticas públicas por meio de indicadores e até propor novas metodologias;

7) Destaca-se a última experiência em projetos (2013-2016) o trabalho com a temática de remoção e reassentamento de famílias em situação de risco, através do Programa Judicial de Conciliação para Remoção e Reassentamento Humanizados das Famílias do Anel Rodoviário de BH e BR 381 ([www.conciliabr381.com.br](http://www.conciliabr381.com.br)). Uma atuação inédita de técnicos do Instituto Rondon Minas nomeados como Peritos Judiciais do Tribunal de Justiça Federal/Seção Minas Gerais, para o atendimento de famílias moradoras da faixa de domínio da BR 381, nas Vilas Pica Pau e Vila da Luz (parcial), em Belo Horizonte. Esta peritagem resultou no desenvolvimento de uma metodologia própria de Mobilização Social, Mapeamento, Selagem de Moradias e Cadastramento Social. A metodologia criada para esse Programa otimizou os recursos destinados à Perícia Judicial e ampliou o número de famílias atendidas, além de reduzir o tempo de cadastramento social e selagem e promoveu uma maior aprovação da comunidade comprovado por grande participação da população nos eventos de mobilização e boa aceitação das famílias durante as visitas domiciliares para aplicação de questionários e presença nas ações socioeducativas.

[www.rondonminas.wordpress.com](http://www.rondonminas.wordpress.com)



### **3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO**

<b>3.a - EXECUÇÃO</b>	<b>INÍCIO:</b> Abril/2017	<b>TÉRMINO:</b> Dezembro/2018
-----------------------	---------------------------	-------------------------------

#### **3.b - TÍTULO DO PROJETO**

**EDUCAÇÃO PARA A VIDA - FORMAÇÃO, ATITUDE, TRANSFORMAÇÃO / PROJETO RONDON® MINAS**

#### **3.d – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

O **Projeto Educação para a Vida – Formação, Atitude e Transformação/Projeto RONDON® Minas** envolve a gestão/execução de diversas ações e serviços organizados em 08 (sete) temáticas descritas a seguir. A execução das ações e serviços especificados serão geridos/coordenados pela equipe do Projeto RONDON®, com a parceria de instituições públicas e privadas, a saber: prefeituras municipais, sindicatos, associação de moradores, Universidades públicas e privadas, Escola Superior de Administração Fazendária, Fundação Estadual do Meio Ambiente, RARES – ANOREG, Rotary Internacional, Defensoria Pública da União.

##### **1) FORMAÇÃO DE JOVENS**

Organização de grupo de jovens de escolas públicas e privadas para o repasse de conhecimentos práticos em tecnologias sociais, formação para a cidadania, cultura de paz, educação em direitos humanos e orientação profissional. Capacitação nas áreas de saúde, nutrição, meio ambiente, cultura, espiritualidade, empreendedorismo e formação política.

##### **2) MEIO AMBIENTE E GESTÃO DE RESÍDUOS**

Diagnóstico e desenvolvimento de ações em prol do meio ambiente local; formação e incentivo ao consumo consciente e gestão e tratamento de resíduos sólidos e reciclagem de materiais. Organização de grupos de catadores de materiais recicláveis e formação para a geração de renda. Realização de atividades educativas junto à população e servidores públicos. Desenvolvimento de projetos voltados para a conservação ambiental.

##### **3) AÇÕES SOCIOEDUCATIVA COM GRUPOS**

Realização de ações de capacitação, de socialização e mobilização de diversos públicos para desenvolvimento e fortalecimento das políticas públicas e de melhoria da qualidade de vida. Formação de grupos de idosos, crianças, jovens, mulheres, pessoas com deficiência, e outros, a partir do trabalho com temáticas de saúde, meio ambiente, geração de renda, cultura, educação, assistência social, valores humanos, lazer.

##### **4) EDUCAÇÃO FISCAL E PREVIDENCIÁRIA/EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

Desenvolvimento de cursos e workshops sobre as temáticas de educação fiscal,



previdenciária, educação financeira para funcionários públicos, lideranças locais e comunidade com objetivo de fortalecimento dos direitos sociais.

#### **5) EMPREENDIMENTO SOCIAL E GERAÇÃO DE RENDA**

Diagnóstico das potencialidades econômicas, culturais e sociais locais, incentivo ao empreendedorismo, capacitação para a formação de agentes multiplicadores e lideranças locais. Desenvolvimento de ações voltadas para a geração de emprego e renda na comunidade.

#### **6) DIREITO A CIDADE E MORADIA - ESPAÇOS PÚBLICOS, HABITAÇÃO E SANEAMENTO**

Estruturação de um programa de assistência técnica voltada à melhoria das condições de habitabilidade nas comunidades. Construção de uma cultura do Direito à Cidade, priorizando as populações mais vulneráveis, através de assessoria técnica, diagnósticos locais, formação técnica de jovens e adultos e projetos nas áreas de tecnologia, arquitetura, urbanismo, engenharia e educação, visando o empoderamento dos moradores sobre as questões de seu território. Assessoria/consultoria em projetos estruturais para as prefeituras parceiras.

#### **7) ESPORTE, LAZER E VIDA SAUDÁVEL**

Diagnóstico das manifestações culturais e dos espaços públicos relacionados a prática de atividade física e esportiva; mobilização de grupos para a prática de atividade física e esportiva voltada para a saúde e o lazer; desenvolvimento do trabalho coletivo entre jovens e crianças através dos jogos e brincadeiras visando melhoria no convívio social e desenvolvimento pessoal; formação de professores e gestores na área de esporte, atividade física e lazer na busca de melhoria nas avaliações, aplicações e monitoramentos das intervenções e da gestão pública.

#### **8) PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE**

Diagnóstico situacional da situação de saúde do município/bairro; determinando as principais patologias que acometem essa região, do serviço de saúde oferecido, formas de acesso ao serviço de saúde nos três níveis de atenção (primário, secundário e terciário), e qualidade do serviço ofertado. A partir de tal conhecimento é realizado atividades que possam corroborar para a melhoria da gestão da saúde, junto à prefeitura e para a população a prevenção e promoção da saúde de forma sustentável e contínua. Atuando principalmente no protagonismo e autonomia do sujeito por meios de tecnologia leve.



#### **4.a – METODOLOGIA E AÇÕES**

O **Projeto Educação para a Vida – Formação, Atitude e Transformação/Projeto RONDON Minas** será realizado a partir dos seguintes procedimentos técnicos e administrativos descritos abaixo.

##### **4.1 - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS:**

As prefeituras selecionadas ou indicadas pelos parceiros receberão o portfólio do Projeto RONDON® com a proposta de ações do projeto **Educação para a Vida**. E os municípios que aceitarem receber o Projeto em suas comunidades deverão se inscrever em formulário próprio, através do link indicado. Nesse formulário a prefeitura indicará 03 (três) demandas emergenciais para atuação da equipe de rondonistas para atendimento na primeira viagem.

A equipe administrativa do Projeto RONDON® entrará em contato com as prefeituras para as negociações necessárias para a participação dos municípios e para esclarecer todas as dúvidas do poder público em relação as ações do Projeto. Caso seja possível, o município receberá um técnico do Projeto RONDON® para uma visita precursora à cidade, com intuito de iniciar o processo de diagnóstico das demandas locais.

O Projeto RONDON® enviará ao município Termo de Parceria Simplificado que garante o estabelecimento dos processos para inclusão da cidade nas ações propostas (transporte, equipe, material didático-pedagógico). Nesse Termo a Prefeitura se responsabiliza pela hospedagem da equipe e alimentação pelo período que a mesma permanecer na cidade (15 a 20 dias). As condições de hospedagem e alimentação estão descritas no ofício a ser enviado às prefeituras juntamente com o portfólio.

As Prefeituras Municipais são as grandes parceiras locais no que se refere à disponibilização de informações sobre a dinâmica do município, de transporte dentro do município e para a zona rural, bem como a hospedagem e alimentação para os profissionais e alunos envolvidos no trabalho de campo. Cada prefeitura deverá selecionar um grupo de funcionários para realizar a interlocução com o projeto com intuito de dar apoio técnico e de infraestrutura durante os trabalhos de campo e para acompanhar e avaliar as ações do projeto *in loco* e à distância.

Cada município receberá uma equipe do Projeto RONDON® formada de acordo com as demandas iniciais do município e com perfil da área de conhecimento capaz de atender o que foi solicitado pela Prefeitura.

O Projeto RONDON® fará a seleção da equipe de professores, estudantes e técnicos coordenadores de equipe e se responsabilizará, junto com os parceiros, pela logística da viagem dos estudantes até os municípios selecionados.

As universidades parcerias também assinarão Termo de Parceria Simplificado para garantir a participação de seus estudantes nas equipes do Projeto.

As viagens são realizadas nos meses de Julho e Dezembro e correspondem às férias das universidades. No intervalo dos referidos meses uma equipe menor acompanhará os projetos desenvolvidos nos municípios virtualmente e, caso seja possível, através de 02 viagens de monitoramento no semestre.

Esse monitoramento da continuidade das ações nos territórios, à distância, pelas equipes é importante considerando que a proposta principal do projeto é a formação de agentes multiplicadores de informação e de ações, além da promoção da autonomia dos



municípios. Também está previsto a organização de um **GRUPO DE REFERÊNCIA** com lideranças locais e representantes da comunidade que deverá acompanhar as a continuidade das ações do Projeto, além de ser o grupo de interlocução com a coordenação do mesmo.

#### **4.2 - PROCEDIMENTOS TÉCNICOS:**

Serão selecionados 15 universitários para compor a equipe de rondonistas que visitarão os municípios para realizarem as atividades do Projeto **Educação para a Vida**. Cada equipe é articulada por um coordenador técnico que pode ser um profissional técnico (ex-rondonista) ou um professor universitário.

Universitários e coordenadores passarão por uma capacitação de 100 horas sobre as temáticas definidas para as ações do Projeto e com a participação ativa das instituições parceiras nesse processo. As capacitações são realizadas em auditórios cedidos pelas universidades ou instituições parceiras e seguem um cronograma de aulas e de oficinas temáticas que serão realizadas com os coordenadores de equipe e universitários. O Cronograma de capacitação encontra-se anexo a este Plano de Trabalho.

Após a capacitação é realizada uma seleção dos universitários que cumpriram a carga horária exigida e que foram aprovados após análise da ficha de inscrição.

Após a formação das equipes inicia-se o planejamento de ações anterior a viagem aos municípios. Cada equipe desenvolverá propostas de atividades para o atendimento das demandas estabelecidas pela prefeitura e será preparada para a realização do diagnóstico socioespacial da cidade. De outra forma, na primeira viagem, iniciam-se as atividades de Formação de Jovens e algumas das ações estabelecidas pelas instituições parceiras e que se referem as demais temáticas apresentadas. As equipes também desenvolverão material pedagógico para a realização das atividades.

Nos municípios, as ações da primeira viagem se iniciam pelo diagnóstico local realizado na área urbana e rural. Ao longo das semanas são realizadas as outras atividades. Nas próximas visitas das equipes aos municípios serão trabalhadas as atividades das áreas temáticas estabelecidas e já replanejadas de acordo com o diagnóstico realizado na intervenção anterior.

Será realizado para cada um dos municípios participantes um banco de dados relativo às informações coletadas no diagnóstico socioespacial. Esse banco será transformado em gráficos e tabelas estatísticas sobre a situação da população em vários aspectos sociais, econômicos e culturais. ***Essas informações serão importantes para as prefeituras, o governo do Estado e aos parceiros do Projeto e entidades locais a fim de subsidiar outras ações nas comunidades. Os relatórios consolidados serão enviados e/ou apresentados a cada uma dessas instituições.***

Após cada viagem realizada pelas equipes aos municípios/comunidades será realizado um processo de avaliação pelas prefeituras, pelos universitários, pelas universidades e pelas instituições parcerias. O resultado dessas avaliações será apresentado em Seminário de Socialização organizado para esse fim. Também será a oportunidade das equipes apresentarem os trabalhos realizados através de exposição de fotos, pôsteres e comunicação oral dos trabalhos.

Cada equipe deverá apresentar à Coordenação do Projeto RONDON® relatório consolidado e escrito sobre as atividades realizadas nos municípios e avaliação individual de cada integrante da equipe a partir de modelo fornecido pelo projeto. Os relatórios serão consolidados e entregues às instituições parceiras.



As equipes, as prefeituras e as instituições parceiras receberão certificado de participação no Projeto Educação para a Vida/Projeto RONDON® Minas.

#### **4.3 – AÇÕES REALIZADAS EM CAMPO**

##### **1) FORMAÇÃO DE JOVENS**

###### **DESCRIÇÃO DA AÇÃO:**

Para a Organização Mundial de Saúde, a juventude é tratada como “processo sociocultural demarcado pela preparação dos indivíduos para assumirem o papel de adulto na sociedade, no plano familiar e profissional” e não propriamente como uma faixa etária de vida.

Na sociedade contemporânea, os jovens têm sido valorizados em relação às suas reivindicações por maior participação na vida social e política da sociedade. O Plano Nacional da Juventude incentiva o desenvolvimento da cidadania e a organização dos jovens colocada. O plano foi constituindo para oferecer à juventude brasileira marcos legais que definissem os direitos dos jovens, o registro de suas aspirações, valorizassem temas correlatos e que sinalizassem as realidades possíveis ao futuro dos jovens brasileiros. O protagonismo juvenil remete a uma demanda de uma população juvenil com a condição de que esta se posicione frente às questões sociais, sendo protagonistas na solução de desafios reais da sociedade.

Vários são os temas correlatos à população jovem, como: trabalho, emprego, renda e empreendedorismo; saúde, sexualidade e dependência química; cultura; desporto e lazer; cidadania e organização juvenil; capacitação e formação do jovem rural e equidade de oportunidades para os jovens que fazem partes de minorias, como os afro-descendentes, indígenas e portadores de deficiência.

O PNJ foi constituído com base em oito objetivos voltados para a construção e demarcação de Políticas Públicas de Juventude, em termos gerais, visando a: 1. Incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do País por meio de uma política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares; 2. Tornar as políticas públicas de juventude responsabilidade do Estado e não de governos [...]; 3. Articular os diversos atores da sociedade, governo, organizações não-governamentais, jovens e legisladores para construir políticas públicas integrais de juventude; 4. Construir espaços de diálogo e convivência plural, tolerantes e equitativos, entre as diferentes representações juvenis; 5. Criar políticas universalistas, que tratem do jovem como pessoa e membro da coletividade, com todas as singularidades que se entrelaçam; 6. Partir dos códigos juvenis para a proposição de políticas públicas; 7. Garantir os direitos da juventude, considerando gênero, raça e etnia nas mais diversas áreas [...]; 8. Apontar diretrizes e metas para que o jovem possa ser o ator principal em todas as etapas de elaboração das ações setoriais e intersetoriais.

De outra forma, os jovens, para além das políticas governamentais, veem desenvolvendo atitudes de envolvimento por iniciativa própria na busca de solução de problemas, onde formulam e constroem ações relevantes e significativas no campo social.



O exercício do protagonismo estabelece o indivíduo jovem como um ator social que participa de espaços de interlocução política ou que os coloca de frente a ações de transformação social, a partir da própria experiência de vida. O jovem se articula para além das fronteiras do individual, buscando atos de solidariedade e de aproximação com outros coletivos e projetos que impulsionassem ideais de uma vida mais autônoma e livre.

Diante de novos desafios para a população jovem, muitas instituições públicas e privadas estão envolvidas no apoio e valorização do movimento protagonista da juventude brasileira. ONGs brasileiras e diversas instituições como o Rotary Club, incentivam a educação desses jovens e ações onde os indivíduos entre 15 a 30 anos podem participar de ações humanitárias e de transformação social. No site da ROTARACT Brasil, apresenta-se o formato do trabalho de jovens protagonistas.

*Somos uma rede global de jovens de 18 a 30 anos que tem como principal objetivo compartilhar ideias e projetos para encarar os desafios da humanidade de uma nova maneira. Os rotaractianos se reúnem em clubes para planejar atividades e socializar entre si e sua comunidade. O Rotaract é um programa do Rotary International, uma das maiores e mais respeitadas organizações humanitárias do mundo e que é membro da Organização das Nações Unidas (ONU).*  
[\(http://rotaractbrasil.org.br/quem-somos/rotary-e-rotaract/\)](http://rotaractbrasil.org.br/quem-somos/rotary-e-rotaract/)

Outra experiência é o Projeto Jovens Talentos da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ), que conta com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e promove a iniciação científica de estudantes do ensino médio/técnico da rede pública estadual de educação em instituições de Ciência & Tecnologia.

O projeto Jovens Talentos tem como proposta catalisar o potencial científico e tecnológico, procurando integrá-lo num projeto pedagógico voltado para estudantes do ensino médio/técnico. Diversas instituições que se dedicam a pesquisas, reconhecidas em nível nacional e internacional por seus trabalhos, vêm aderindo ao projeto, que abrange áreas de conhecimento como matemática, física, química, biologia, computação científica, engenharias, agropecuária, geologia, entre outras. As instituições disponibilizam laboratórios para a iniciação científica de jovens estudantes.  
 [\(http://www.faperj.br/?id=20.3.6\)](http://www.faperj.br/?id=20.3.6).

Nessa perspectiva, o Projeto RONDON® implementou a temática de Formação de Jovens em suas ações nos municípios a fim de contribuir com as ações de capacitação e ampliação do potencial social e político dos jovens mineiros. O projeto original foi elaborado pelo Instituto RONDON Nacional (sede em Brasília), com o título de EDUCAÇÃO PARA A VIDA, e foi adaptado à realidade do Projeto RONDON® Minas para o atendimento de jovens nas cidades atendidas pelo Projeto no período de férias escolares.

O Projeto de Formação de Jovens busca implementar um programa de aprendizado complementar às escolas públicas e/ou privadas do Brasil. É destinado aos alunos do ensino médio (e jovens que concluíram o ensino fundamental), de forma a não apenas oferecer instrução, mas, também, conhecimentos práticos, cidadania e valores morais para uma convivência em sociedade.

Nesse sentido o projeto busca a adequação e complementação do ensino instrucional com aulas mais dinâmicas, que valorizem a transferência de conhecimento, troca de experiências e o reconhecimento e incentivo do potencial de cada aluno. Também pretende incluir a participação de professores e da sociedade (agentes públicos e privados e comunidade) no intuito de preparar o aluno para a vida em sociedade, de forma



saudável, respeitando os valores humanos, a paz social e o bem-estar de todos.

Em cidades onde o Projeto RONDON® poderá atuar diuturnamente, o trabalho será realizado no contra turno das escolas; em outros municípios o Projeto será realizado no período de férias escolares respeitando o currículo/temáticas trabalhado pela instituição educacional no ano corrente.

O Projeto visa colaborar na preparação do aluno de forma integral, não só para vida profissional, com conhecimentos técnicos, mas para a vida em sociedade, para a formação cidadã, para o desenvolvimento de valores éticos e morais, para a responsabilidade socioambiental, para a melhoria da qualidade de vida por meio da educação alimentar, da educação para a saúde, proteção, educação financeira, entre outros aspectos.

Cada localidade e cada unidade educacional, nas mais diversas regiões do Estado, possui sua realidade própria, com variáveis sociais, culturais, educacionais, ambientais e econômicas. O projeto visa adequar, a cada uma delas, o desenvolvimento de suas atividades visando alcançar os objetivos propostos.

O Projeto irá atuar diretamente em cada unidade educacional pública ou privada que aceite participar dessa iniciativa e apoie sua implantação, dentro das disponibilidades de cada parceiro ou apoiador, visando melhorar as técnicas de ensino e aprendizagem e fortalecer os valores acima relacionados às condições de vida em comunidade e ao desenvolvimento pessoal.

### **OBJETIVOS:**

- Melhorar a qualidade da educação no país, priorizando a formação em direitos humanos e cidadania utilizando novas técnicas e tecnologias disponíveis para a real aprendizagem por parte dos jovens.
- Valorizar os talentos de cada jovem atendido no Projeto e apresentar novas temáticas para formação pessoal e profissional
- Melhorar as condições de vida dos jovens, de sua família e da sociedade, por meio do conhecimento, da valorização de aspectos da ética, da moral, do respeito, da cidadania e da convivência em comunidade.

### **ATIVIDADES/METAS:**

#### **1) Elaboração de Programa de Formação para os Jovens**

- 1.1 - Estabelecer parcerias para a elaboração do Programa de aulas/atividades para a Formação de Jovens
- 1.2 - Capacitar as equipes de rondonistas para a execução do programade formação

#### **2) Elaboração, organização de material didático pedagógico para subsidiar as atividades de formação dos jovens (cartilhas, apostilas, vídeos, jogos cooperativos, oficinas, workshops, etc).**



2.A – Elaboração de material didático pedagógico

2.B – Capacitação da equipe de campo para utilização do material produzido e do programa de atividades

2.C – Aprovação dos materiais e do Programa produzidos junto à Coordenação Geral e parceiros

### **3) Execução do Programa de Formação para os Jovens dos municípios/comunidades**

3.1 – Estabelecer as parcerias locais para execução do Projeto

3.2 – Divulgar e mobilizar os jovens estudantes dos municípios para participação no Projeto de Formação

3.3 – Cumprimento do Programa de Formação para Jovens em campo

3.4 – Realizar ações de monitoramento/avaliação junto aos jovens, público das atividades de formação

### **4) Elaboração de relatório semestral das ações realizadas e resultados**

4.A – Elaboração de Relatório das ações realizadas para entrega a Coordenação geral e parceiros



## 2) MEIO AMBIENTE E GESTÃO DE RESÍDUOS

### DESCRIÇÃO DA AÇÃO:

Diversas são as condições que conduzem à atual questão ambiental, muitas das quais direta ou indiretamente relacionadas com o lixo. A principal delas, a especialização dos assentamentos humanos, há muito tempo criou uma teia de recursos, dentro da qual é possível identificar apenas duas zonas distintas: uma zona de produção, representada pelos campos, pastos e corpos d'água, e uma zona de consumo de recursos, localizada nas cidades e nos centros urbanos.

Esta dicotomia encurta e deforma a cadeia alimentar dentro dos limites e nas vizinhanças das cidades, das vilas e dos distritos dos municípios, e gera sub-produtos, dentre os quais encontramos o lixo. Produto que não se desvincula das populações humanas e da urbanização, o lixo, ou resíduo sólido, muitas vezes é apenas desperdício, fruto da ausência de melhores valores culturais. O tamanho deste desperdício é um indicador quantitativo do desequilíbrio de um ecossistema urbano, e só pode ser alterado pela mudança de comportamento dos indivíduos, não por normas, mas por opção. Se por um lado é impossível implementar e garantir o "lixo zero", por outro lado é possível combater o desperdício de recursos, neste ecossistema incompleto criado pelo homem. É necessário entender o meio ambiente e encontrar formas de, pela educação, semear este entendimento para todos os indivíduos. É necessário difundir o conhecimento científico, tornando-o útil e aplicável à solução dos problemas associados a conservação do meio ambiente.

A questão dos resíduos sólidos ocupa atualmente em nossa sociedade, e em escala mundial, uma posição de destaque, especialmente entre países como o Brasil, que adotam a prática do afastamento como medida de saneamento, e o número de habitantes servidos por coleta de lixo, como indicador de eficiência, convivendo com uma situação em que as técnicas empregadas refletem o desconhecimento da extensão do problema e a falta de compromisso da sociedade com qualquer grau de sustentabilidade do seu desenvolvimento. É necessário analisar o lixo de um ponto de vista sanitário e ambiental, a partir de um enfoque ecológico, humano, multissetorial, e neste sentido é necessário perceber no lixo mais que apenas um fenômeno econômico. É necessário entender que se trata de abrigo e alimento para vetores e agentes infecciosos, trata-se de matéria e energia removidas dos respectivos fluxos, trata-se de prejuízo, algo sempre feio, incômodo e insalubre. Em nosso país, as ações referentes à questão dos resíduos sólidos em geral não assumem metas para a redução das quantidades de lixo normalmente geradas pela população, explicitando-se como única estratégia de ação a construção de obras de saneamento, em especial usinas de compostagem, aterros sanitários e opcionalmente, aterros controlados. Esta estratégia de atuação no destino (tratamento por compostagem e destinação final por aterro sanitário), em detrimento das intervenções na origem (educação ambiental, prevenção de resíduos, redução e recuperação na fonte, compostagem caseira, e coleta seletiva para a reciclagem, entre outras) é com certeza a que conduz às soluções mais dispendiosas, e indiscutivelmente mais danosas ao meio ambiente, já que no destino as quantidades de lixo serão as maiores, as áreas necessárias serão as mais extensas, as quantidades de operários, obras de engenharia e equipamentos as mais elevadas. Soma-se às circunstâncias já descritas o fato de que qualquer proposta de solução para as questões relativas ao lixo deve considerar as características sociais, econômicas, geográficas e históricas de cada localidade, já que a quantidade e a qualidade do lixo produzido por



uma comunidade dependem destas características, e a solução dos problemas causados pelo lixo exige a utilização conjunta de todas as tecnologias disponíveis, aplicadas, cada uma, aos locais ou situações para as quais seja a mais indicada. Não se deve esquecer que lixo é questão de saúde pública, que para a sua solução exige a participação de todas as pessoas. Se características como o poder aquisitivo não forem levadas em conta, ou características como o nível educacional, a percepção ambiental, a representatividade social e a organização política não forem aprimoradas, nenhuma solução estará sendo dada ao problema do lixo. Resolver a questão do lixo apenas com a construção de usinas de compostagem e aterros sanitários, ou pior, controlados, é como resolver a questão da saúde apenas com a construção de hospitais. Nenhum programa pode tirar da comunidade e do indivíduo a possibilidade de participar da solução, pelo emprego de equipamentos, empresas e mão de obra locais, pela criação de cooperativas ou mesmo indústrias de fundo de quintal. Nenhum programa pode deixar de disseminar a informação, como seria esperado em qualquer intervenção praticada na saúde pública. Nessa perspectiva, o Projeto RONDON® Minas propõe uma ação de intervenção junto aos municípios mineiros a partir de uma diretriz específica: a redução de resíduos e o reaproveitamento, reutilização e a reciclagem do lixo urbano. Para tal desafio o Projeto conta com a parceria da Fundação Estadual do Meio Ambiente que capacitará a equipe de rondonistas.

#### **OBJETIVOS:**

- Desenvolver ações conjuntas de intervenções em municípios/comunidades mineiros priorizando aquelas que fortaleçam a conscientização para a conservação do meio ambiente, priorizando atividades voltadas para a redução de resíduos e a implementação de atividades com foco na reutilização, reciclagem e redução na geração de resíduos sólidos.
- Promover a cultura do cuidado com o meio ambiente local através de atividades educativas, programas de rádio, cursos e workshops.

#### **ATIVIDADES/METAS:**

##### **1) Realização de diagnóstico local referente a temática ambiental e gestão de resíduos sólidos**

1.A – Elaboração de estratégia de diagnóstico local para levantamento de problemas e potencialidades na área ambiental no município/comunidade

1.B – Elaboração de relatório situacional por município/comunidade

##### **2) Elaboração, organização de material didático pedagógico para subsidiar as atividades temáticas na área de meio ambiente (cartilhas, apostilas, vídeos, jogos cooperativos, oficinas, workshops, etc).**

2.A – Elaboração de material didático pedagógico

2.B – Capacitação da equipe de campo para utilização do material produzido e do programa de atividades

2.C – Aprovação dos materiais e do Programa produzidos junto à Coordenação Geral e



parceiros

**3) Realização de atividades junto às comunidades e às prefeituras sobre a temática de meio ambiente e gestão de resíduos sólidos.**

3.1 – Organização de Plano de Execução de atividades a partir do diagnóstico realizado

3.2 – Desenvolvimento das ações em parceria com entidades locais e as prefeituras

3.3 – Monitoramento e avaliação das atividades realizadas com a comunidade participante e os parceiros.

**4) Elaboração de relatório semestral das ações realizadas e resultados**

4.A – Elaboração de Relatório das ações realizadas para entrega a Coordenação geral e parceiros



### **3) AÇÕES SOCIOEDUCATIVA COM GRUPOS**

#### **DESCRIÇÃO DA AÇÃO:**

Essa ação corresponde à etapa de acompanhamento social das famílias nos municípios/comunidades visitadas, contribuindo para a garantia do acesso pleno aos direitos sociais dos indivíduos e garantia de seus vínculos comunitários. Através de ações de capacitação, integração e organização social espera-se alcançar níveis satisfatórios de melhoria de qualidade de vida para essas famílias atendidas.

Essa proposta contém com um investimento intenso para fortalecer as relações humanas (família, comunidade, profissionais) e relações institucionais (lideranças, associações, movimentos sociais, poderes públicos). A ideia é estabelecer uma rede solidária em prol dos direitos e da cidadania dessas comunidades, bem como sua independência do Estado e autonomia para desafios futuros.

As atividades realizadas têm intenção de:

- Estabelecer fortes vínculos entre os moradores,
- Promover autonomia das famílias;
- Incentivar e fortalecer as ações solidárias e coletivas entre as famílias;
- Elaborar estratégias de inserção da população nas decisões de caráter público;
- Criar mecanismos de comunicação comunitária garantindo o acesso à informação;

Diante dessas prioridades o trabalho desse núcleo temático segue a metodologia do Projeto RONDON® Minas de desenvolvimento local integrado e sustentável que abrange o atendimento de demandas relacionadas a questões de formação humana, fortalecimento organizacional, inclusão social e formação cidadã que devem ser discutidas com a comunidade para serem incluídas nas atividades do projeto.

#### **OBJETIVOS:**

- Desenvolver ações socioeducativas junto a grupos sociais existentes nas comunidades atendidas com intuito de promover a cidadania, a garantia de direitos, elevar os conhecimentos teórico e práticos sobre vários temas pertinentes a melhoria da qualidade de vida local.
- Organizar ações socioeducativas com diversos grupos sociais a partir das demandas identificadas no diagnóstico socioespacial
- Estabelecer parcerias locais para a realização das ações socioeducativas

#### **ATIVIDADES/METAS:**

- 1) Realização do trabalho de campo do diagnóstico das famílias moradoras no município/comunidade (aplicação dos questionários/cadastramento das famílias e aplicação da metodologia de DRP - Diagnóstico Rápido Participativo)**



1.A – Organização de equipes e logística para realização de cadastramento socioespacial por município e aplicação do DRP

1.B – Elaboração e confecção de questionário próprio do Projeto para cadastro das famílias

1.C - Organização do material necessário para a aplicação do DRP e realização de “Diagnóstico participativo” com cada uma das comunidades do município (rural e urbana) para levantamento de temáticas pertinentes ao trabalho e problemas das mesmas.

## **2) Elaboração de Relatórios analíticos e propositivos dos municípios que subsidiarão as ações socioeducativas com as famílias**

2.A – Elaboração de relatório situacional por município a partir dos dados coletados (questionários aplicados em residências dos moradores)

2.B – Criação de banco de dados por município/comunidade para subsidiar as ações socioeducativas em campo

2.C - Seleção e capacitação das equipes de referência em cada município/comunidade de acordo com as orientações do diagnóstico (apresentação dos relatórios)

## **3) Organização de atividades socioeducativas para os diversos públicos dos municípios/comunidades (idosos, crianças, mulheres, portadores de deficiência, trabalhadores) a partir dos resultados do diagnóstico local e indicação dos grupos de referência local.**

3.A – Organização de equipes de referência no município

3.B – Elaboração de Plano de Ação das equipes de campo por município

3.C – Capacitação da equipe para o trabalho em campo

3.D – Elaboração de relatório consolidado das atividades para entrega a Coordenação e parceiros

## **4) Elaboração, organização de material didático pedagógico para subsidiar as atividades socioeducativas (cartilhas, apostilas, vídeos, jogos cooperativos, oficinas, workshops, etc).**

4.A – Elaboração de material didático pedagógico

4.B – Capacitação da equipe de campo para utilização do material produzido

4.C – Aprovação dos materiais a serem produzidos junto à Coordenação Geral e parceiros

## **5) Organização de encontros e eventos comunitários que permitam o fortalecimento de vínculos entre as famílias**

5.A – Organização de eventos e encontros sociais e culturais para fomentar a organização comunitária e o fortalecimento de vínculos

5.B – Definição de estratégias de avaliação das ações realizadas junto aos moradores



5.C – Elaboração de relatórios das atividades realizadas

**6) Elaboração de relatório semestral das ações realizadas e resultados**

6.A – Elaboração de Relatório das ações realizadas para entrega a Coordenação geral e parceiros

**7) Elaboração e execução de Performances Artísticas com enfoque na temática de Direitos Humanos junto às ações socioeducativas e socioculturais.**

7.A – Definição de estratégias de produção de músicas, peças audiovisuais e peças teatrais em diversas temáticas

7.B – Elaboração de relatórios das atividades realizadas



#### **4) EDUCAÇÃO FISCAL E PREVIDENCIÁRIA/EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

##### **DESCRIÇÃO DA AÇÃO:**

O Programa Nacional de Educação Fiscal é um processo educativo que visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania, objetivando e propiciando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado.

O Programa é coordenado pela Escola Superior de Administração Fazendária e tem por missão compartilhar conhecimentos e interagir com a sociedade sobre a origem, aplicação e controle dos recursos públicos, favorecendo a participação social. As ações do Programa contam com outros parceiros como o INSS, a Receita Federal e a Defensoria Pública da União para viabilizar as ações de formação de multiplicadores da temática.

A Educação Fiscal tem como fundamentos:

- Na educação, o exercício de uma prática educativa, na perspectiva de formar um cidadão consciente, reflexivo e mobilizador, contribuindo para a transformação social;
- Na cidadania, incentiva o cidadão à participação individual e coletiva na definição de políticas públicas e na elaboração de leis para sua execução;
- Na ética, fortalece conduta responsável e solidária, que valorize o bem comum;
- Na política, compartilha conhecimentos sobre gestão pública eficiente, eficaz e transparente quanto à captação, à alocação e à aplicação dos recursos públicos, com responsabilidade fiscal, e ênfase no conceito de bem público como patrimônio da sociedade;
- No controle social, dissemina conhecimento e instrumentos para que o cidadão possa atuar no combate ao desperdício e à corrupção;
- Na relação Estado-Sociedade, desenvolve uma relação de confiança entre a administração pública e o cidadão, oferecendo-lhe um atendimento respeitoso e conclusivo, com ênfase na transparência das atividades;
- Na relação Administração-Contribuinte, estimula o cumprimento voluntário das obrigações tributárias e o combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho e à pirataria, reforçando sempre a necessidade de prestação de serviços públicos de qualidade;
- Na condução do PNEF, realiza práticas democráticas em permanente integração com todos os segmentos sociais, de modo a contribuir para que o Estado cumpra seu papel constitucional de reduzir as desigualdades sociais e ser instrumento de fortalecimento permanente do estado democrático de direito.

Dentre os objetivos estratégicos, estão:

- Efetivar um observatório de gestão fiscal
- Viabilizar financeiramente o PNEF
- Ampliar a capilaridade do PNEF
- Educação Fiscal Formalizada nas Instituições de Educação Básica



- Incrementar a Oferta de Informações ao Cidadão sobre Educação Fiscal
- Institucionalizar a Educação Fiscal nas Instituições de Ensino Superior
- Difundir a Educação Fiscal em Diversas Mídias
- Implementar a Gestão do Conhecimento
- Fortalecer a Gestão do PNEF

Diante dessas propostas o Projeto RONDON® se alia a esses parceiros para a realização da formação da população e de jovens universitários para a militância pela educação fiscal como forma de estabelecer agentes multiplicadores e garantir direitos básicos da população.

O Programa de Educação Previdenciária (PEP) é desenvolvido pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e tem objetivo de promover a inclusão de trabalhadores no Sistema Previdenciário, divulgar políticas públicas e valorizar a cidadania. O Projeto RONDON® também é parceiro dessa iniciativa pois permite ampliar os direitos sociais levando às comunidades atendidas as informações importantes para reivindicação de benefícios, orientações jurídicas e institucionais sobre a previdência social. Pretende-se com essa iniciativa:

- Ampliar o nível de cobertura previdenciária.
- Ao incentivar a inclusão no sistema, o PEP também contribui para: redução da informalidade; a ampliação do controle social; e a inclusão de temas previdenciários nos diálogos sociais;
- Auxiliar cidadãos a compreender e a exercer seus direitos.

Entre as ações desenvolvidas pelo PEP, destacam-se:

- **Orientação e Informação:** atendimento individual ao cidadão, realizado em praça pública, feiras, exposições, nas ações e/ou mutirões de cidadania, no campo ou em conjunto com o atendimento das Unidades Móveis (PREVBarco e PREVMóvel).
- **Palestra:** apresentação que aborda temas sobre a Previdência Social para grupos específicos. Realizada em parceria com entidades da sociedade civil organizada.
- **Programas de Mídia:** disseminação das informações previdenciárias em programas de rádio ou televisão, em jornais, revistas e nas redes sociais.

Na ação de educação previdenciária é parceiro também a Defensoria Pública da União que através do **Projeto DPU Itinerante** permite o atendimento das pessoas em comunidades muito distantes dos pólos de atendimento da instituição. A importância desse tipo de ação é levar o defensor público ao encontro do cidadão, possibilitando o acesso à Justiça e a orientação dos seus direitos.

A proposta é que as equipes do Projeto RONDON® façam um levantamento das demandas relacionadas a educação previdenciária e de questões relacionadas ao atendimento da Defensoria Pública para que seja possível a instituição se organizar e realizar o atendimento da população em data previamente marcada com a presença de



defensores públicos e agentes do INSS.

Também a Educação Financeira e a temática do Consumo Consciente e os Direitos do Consumidor fazem parte dessa ação e pretendem criar uma cultura de economicidade e sustentabilidade para os grupos de famílias. A ideia é realizar uma série de capacitações e palestras educativas relativas a esses temas para sensibilizar a população a praticar processos que podem melhorar a qualidade de vida das famílias.

O Projeto RONDON® trabalhará em parceria com o Banco Central na área de Educação Financeira, utilizando os materiais educativos disponíveis pela instituição às equipes de rondonistas. Para a área de consumo consciente e direitos do consumidor serão disponibilizados materiais didáticos e de divulgação pelo PROCON-MG

#### **OBJETIVOS:**

- Promover cursos e workshops sobre as temáticas de educação fiscal e previdenciária, educação financeira e direitos do consumidor e consumo consciente para funcionários públicos, lideranças locais e comunidade em geral com objetivo de fortalecimento dos direitos sociais e da cidadania.
- Desenvolver projetos com incentivos fiscais nas comunidades atendidas
- Incentivar agentes multiplicadores das temáticas de educação fiscal, previdenciária, financeira e direitos do consumidor (principalmente jovens, servidores públicos e professores)

#### **ATIVIDADES/METAS:**

##### **1) Realização do trabalho de campo de levantamento de demandas previdenciárias e orientações jurídicas relacionadas à DPU**

- 1.A – Organização de equipes e logística para realização de diagnóstico
- 1.B – Realização de trabalho de campo e preparação dos atendimentos.

##### **2) Elaboração de Relatórios analíticos sobre os atendimentos realizados e as demandas com necessidade de atendimento**

- 2.A – Elaboração de relatório situacional por município a partir dos dados coletados (questionários aplicados em residências dos moradores)

##### **3) Organização de cursos para agentes multiplicadores de informação (professores, servidores públicos, lideranças locais) com as temáticas relacionadas a educação fiscal, previdenciária, financeira e direitos do consumidor e consumo consciente**

- 3.A – Organização de grupos de capacitação
- 3.B – Elaboração de Plano de Ação das equipes de campo por município
- 3.C – Capacitação da equipe para o trabalho em campo



3.D – Elaboração de relatório consolidado para entrega a Coordenação e parceiros

**4) Elaboração, organização de material didático pedagógico para subsidiar as atividades educativas relacionadas as temáticas (cartilhas, apostilas, vídeos, jogos cooperativos, oficinas, workshops, etc).**

4.A – Elaboração de material didático pedagógico

4.B – Capacitação da equipe de campo para utilização do material produzido

4.C – Aprovação dos materiais a serem produzidos junto à Coordenação Geral e parceiros

**5) Realização de encontros e eventos de capacitação sobre as temáticas relacionadas a educação fiscal, previdenciária, financeira e direitos do consumidor e consumo consciente**

5.A – Organização de ações educativas sobre as temáticas (curso, evento, palestra, oficina, programa em rádio comunitária, etc)

5.B – Definição de estratégias de avaliação das ações realizadas junto aos moradores

5.C – Elaboração de relatórios das atividades realizadas

**6) Elaboração de relatório semestral das ações realizadas e resultados**

6.A – Elaboração de Relatório das ações realizadas para entrega a Coordenação geral e parceiros

**7) Elaboração e execução de Performances Artísticas com enfoque nas temáticas s.**

7.A – Definição de estratégias de produção de músicas, peças audiovisuais e peças teatrais em diversas temáticas

7.B – Elaboração de relatórios das atividades realizadas



## **5) EMPREENDIMENTO SOCIAL E GERAÇÃO DE RENDA**

### **DESCRIÇÃO DA AÇÃO:**

Há uma estreita correspondência entre os problemas vividos pelos trabalhadores e as conquistas e os benefícios provocados pela revolução tecnológica. A modernização dos processos de trabalho tem fechado muitos postos de emprego em alguns setores da indústria e do mercado de serviços. A consequência é a diminuição das oportunidades de emprego e renda para muitos trabalhadores e jovens que precisam acessar o primeiro emprego.

O processo de internacionalização e de concentração de renda no Brasil, resultante do avanço tecnológico promoveu o alarmante desemprego e a violenta precarização das condições de trabalho e de vida de maior parte da população dos anos 90 em diante. Com isto, a exclusão social caracterizou-se pelo desemprego de trabalhadores antes incluídos no mercado formal de trabalho e pela inacessibilidade de outros/as que sequer conseguiram alcançar a primeira ocupação formal. Por força disto, as ações de inclusão social passaram a ocupar a pauta de preocupações não só do poder público, mas também das universidades e instituições do terceiro setor que têm buscado se alinharem decisivamente com as iniciativas, estudos, pesquisas e intervenções no campo da Economia Social, tendo em vista a emancipação de grupos populares.

Essa proposta de atuação nas comunidades está associada às potenciais soluções para resolver os problemas gerados pelas perdas sociais ocasionados também por essa mesma revolução e mudanças nas relações de trabalho. Tem-se a preocupação de identificar as potencialidades de produção e de geração de renda nas comunidades visitadas, bem como apoiar novas e iniciativas já existentes nas localidades, possibilitando a emancipação gradual em relação às políticas públicas e sociais de jovens, mulheres, desempregados e idosos, além do desenvolvimento de uma metodologia de implantação de grupos solidários passível de replicação.

A proposta dessa temática valoriza a criação de grupos de inclusão produtiva envolvendo etapas como o conhecimento do público, a sua motivação e a organização para o associativismo/cooperativismo. Busca-se a formação do coletivo por meio da qualificação dessas representações mediante uma capacitação técnica, administrativa e política. Em todas as etapas prevalece a proposta de discussão de conceitos e ações que valorizem: o papel dos indivíduos como protagonistas de seu futuro e de responsabilidade com o desenvolvimento de sua comunidade; as formas de inserção das pessoas nos movimentos sociais locais e nos eventos públicos de discussão e participação nas políticas públicas, principalmente de juventude, de direitos das mulheres e políticas de igualdade racial; a disseminação do conceito de sustentabilidade que promovem relações sociais justas e igualitárias nos processos de trabalho e preservação do meio ambiente e da cultura local e nacional. e a discussão e formas de contribuição para os direitos humanos relacionados a temática do trabalho.

A principal justificativa da atuação nessa temática vem a ser, portanto a sua contribuição para a consolidação do processo de inclusão social de parte de grupos vulneráveis da sociedade por meio de formas viáveis e concretas de geração de renda e trabalho, respeitando a especificidade e a cultura local de cada comunidade atendida.

Disseminar a cultura do empreendedorismo é um avanço para que as populações participantes do projeto possam criar autonomia para o desenvolvimento de outros projetos locais e estimular a solidariedade e as soluções coletivas. Nesse sentido, espera-se



capacitar diversos grupos através das diretrizes da economia solidária e/ou cooperativismo.

#### **OBJETIVOS:**

- Realizar diagnóstico das potencialidades econômicas, culturais e sociais locais
- Promover e incentivar a cultura do empreendedorismo entre os moradores
- Realizar capacitações para a formação de agentes multiplicadores e lideranças locais para o desenvolvimento de ações voltadas para a geração de emprego e renda na comunidade
- Incentivar a formação de grupos de economia solidária local.
- Fortalecer os grupos de economia local já existentes nos municípios/comunidades

#### **ATIVIDADES/METAS:**

##### **1) Elaboração e organização de material didático pedagógico para subsidiar as atividades de geração de renda e formação de grupos de economia solidária (cartilhas, apostilas, vídeos, jogos cooperativos, oficinas, workshops, etc).**

1.A – Elaboração de material didático pedagógico

1.B – Capacitação da equipe de campo para utilização do material produzido

1.C – Aprovação dos materiais a serem produzidos junto à Coordenação Geral e parceiros

##### **2) Realização do Diagnóstico Local sobre a potencialidade dos municípios para a geração de renda e emprego**

2.1 – Elaboração da estratégia de diagnóstico junto a população e mercado local

2.2 – Realização do diagnóstico através de questionários, entrevistas e metodologia de diagnóstico participativo

2.3 – Elaboração de banco de dados e relatório situacional do município.

##### **3) Elaboração e promoção de cursos de Formação técnica, social e política para o trabalho e capacitação de trabalhadores a partir das indicações do diagnóstico local e dos grupos de referência local.**

3.A – Organização de cursos e oficinas de acordo com a demanda apontada pelo diagnóstico realizado

3.B – Definição de estratégias para captação de entidades parceiras para realização das atividades de formação.

3.C – Definição de estratégias de avaliação das ações de formação realizadas

3.D – Elaboração de relatórios das atividades desenvolvidas



**4) Elaboração e promoção de atividades de formação e implementação de grupos de economia solidária a partir de indicações do diagnóstico local e dos grupos de referência.**

4.A – Organização de cursos e oficinas de acordo com a demanda apontada pelo diagnóstico realizado

4.B – Definição de estratégias para captação de entidades parceiras para realização das atividades relacionadas a temática da economia solidária.

4.C – Definição de estratégias de avaliação das ações de formação realizadas

4.D – Elaboração de relatórios das atividades desenvolvidas

**5) Elaboração de relatório semestral das ações realizadas e resultados**

5.A – Elaboração de Relatório das ações realizadas para entrega a Coordenação geral e parceiros



## **6) DIREITO A CIDADE E MORADIA - ESPAÇOS PÚBLICOS, HABITAÇÃO E SANEAMENTO**

### **DESCRIÇÃO DA AÇÃO:**

Diversos acordos e pactos internacionais defendem a qualidade de vida humana através do respeito e garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais dos indivíduos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seus 30 artigos, incorpora direitos que são universais e que são aceitos e reconhecidos em todo o mundo. Cabe então, ao Estado, em todos os seus níveis, proteger esses direitos e promovê-los através de políticas públicas e leis que garantam um padrão de vida digno às pessoas e seus familiares e melhoria de suas condições sociais.

O Direito à Moradia está inserido nesse rol e deve ser compreendido de forma ampla, para além da conquista da casa própria. É uma dimensão da vida humana que abrange o território, a garantia de ir e vir, as relações comunitárias e de vizinhança, além dos aspectos culturais locais que determinam a paisagem dos lugares e a intervenção humana nesses espaços.

A Relatoria Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para a moradia adequada (2007) define que esse direito inclui:

- a) garantia de um lugar para morar sem ameaça de remoção;
- b) acesso à educação, saúde, lazer, transporte, energia elétrica, água potável e esgoto, coleta de lixo, áreas verdes e meio ambiente saudável;
- c) proteção efetiva contra frio, calor, chuva, incêndio, inundação, sem riscos de desmoronamento ou outras ameaças à saúde e à vida;
- d) acesso aos meios de subsistência, inclusive acesso à terra e a trabalho;
- e) uso de materiais, estruturas e organização espacial de acordo com a cultura dos moradores;
- f) prioridade às necessidades de grupos específicos, como as mulheres e grupos vulneráveis como crianças, idosos e deficientes;
- g) acesso independente da renda ou da capacidade de pagar do morador.

O direito à moradia envolve mais que a residência física e caracteriza todo o ambiente que está entorno dos indivíduos, bem como a sua relação com esse meio. Nessa perspectiva, o Projeto Rondon Minas apoia e realiza projetos e propostas que envolvam a garantia de sobrevivência e convivência digna nas cidades e no campo e ações que incentivem o direito das pessoas ao espaço público das cidades garantindo o direito de ir e vir, de lazer, de convívio comunitário e de um meio ambiente saudável.

O Projeto Rondon® Minas é vanguardista em desenvolvimento de metodologias para identificação e mapeamento de processos sociais locais através de diagnóstico socioespacial, experiência em assistência técnica a construção civil a moradores de municípios com pouca infraestrutura, incluindo sistema de monitoramento e avaliação.

A temática da intervenção de direito à cidade trata de propostas de melhorias das condições de vida da população através da intervenção espacial estrutural e da qualificação de grupo de jovens, lideranças comunitárias, servidores públicos e da comunidade em geral, com o objetivo da reconstrução social, política e territorial para valorização da vida urbana e rural.



O projeto pretende atuar em linhas de ação pactuadas com o poder público e as lideranças locais e atender as demandas levantadas por diagnósticos situacionais em cada intervenção nos municípios.

Nessa temática a proposta é realizar um diagnóstico socioterritorial nas comunidades atendidas para subsidiar a execução de planos, projetos, estudos e assistência técnica para obras urbanas e habitacionais. Contribuir para a oferta de habitação de interesse social, infraestrutura e equipamentos públicos e comunitários, aprimorando sua técnica e seus processos de construção social.

Uma das prioridades é a assessoria aos diversos grupos nos municípios/comunidades em relação aos projetos estruturais que possam provocar melhorias nos espaços públicos e privados. As prefeituras poderão contar com a consultoria de equipes de acadêmicos engenheiros e arquitetos em projetos construtivos nas cidades, supervisionados por profissionais que darão suporte às ações dessa temática.

#### **OBJETIVOS:**

- Desenvolver um programa de assistência técnica voltada à melhoria das condições de habitabilidade, infraestrutura, equipamentos públicos e comunitários.
- Desenvolver e implementar estudos, levantamentos, planos e projetos arquitetônicos e urbanísticos.
- Garantir a inserção urbana, implantação adequada às condições locais e edificações com qualidade técnica e arquitetônica.
- Promover assessoria técnica, diagnósticos locais, formação técnica de jovens e adultos e desenvolvimento de projetos nas áreas de tecnologia, arquitetura, urbanismo, engenharia e educação.
- Desenvolver e implementar ferramentas que possibilitem a participação comunitária nos processos de trabalho de construção de novos territórios e novas edificações.
- Assessorar o poder público local na área de projetos estruturais para as cidades atendidas.

#### **ATIVIDADES/METAS:**

**1) Elaboração e organização de material didático pedagógico para subsidiar as atividades educativas e de intervenção relacionadas a produção de moradias, direito à cidade, saneamento básico e espaços públicos (cartilhas, apostilas, vídeos, jogos cooperativos, oficinas, workshops, etc).**

1.A – Elaboração de material didático pedagógico

1.B – Capacitação da equipe de campo para utilização do material produzido

1.C – Aprovação dos materiais a serem produzidos junto à Coordenação Geral e parceiros

**2) Realização de Diagnóstico Local sobre a temática do Direito à Cidade e a**



### **Moradia Digna junto a população**

- 2.1 – Elaboração de estratégias de diagnóstico junto a população local
- 2.2 – Levantamento de demandas relacionadas a moradia, saneamento básico e formação de mão de obra local
- 2.3 – Consolidação de banco de dados e elaboração de relatórios sobre as temáticas pesquisadas

### **3) Organização e execução de Curso CONSTRUÇÃO E CIDADANIA**

- 3.A – Elaboração de proposta pedagógica do Curso e material pedagógico
- 3.B – Definição de Estratégias de Captação de Parceiros para realização do curso
- 3.C – Divulgação, seleção de alunos e execução do Curso
- 3.D - Elaboração de Relatórios sobre as atividades realizadas

### **4) Levantamento de demandas de assessoria técnica junto a prefeitura local**

- 4.1 – Realização de diagnóstico
- 4.2 – Apoio e assessoria a demandas do poder público local
- 4.3 – Elaboração de projetos (quando necessário) e realização de cursos de capacitação
- 4.4 – Elaboração de relatórios das atividades realizadas

### **5) Elaboração de relatório semestral das ações realizadas e resultados**

- 5.A – Elaboração de Relatório das ações realizadas para entrega a Coordenação geral e parceiros



## **7) ESPORTE, LAZER E VIDA SAUDÁVEL**

### **DESCRIÇÃO DA AÇÃO:**

A atividade física, concebida como atividade de lazer, proporciona vivências lúdicas, tão necessárias à promoção da saúde, que tem sido apontado como aspecto crucial para a perenidade do engajamento de indivíduos em programas de exercícios físicos.

A atividade esportiva, voltada para o lazer, rendimento e/ou integração social é uma forma democrática de permitir a todas as classes uma oportunidade de engajamento no desenvolvimento pessoal. O fenômeno cultural esporte, está inserido como um forte agente educacional, lúdico, cultural e para o exercício da cidadania (SANTOS & Lorenzetto, 2008).

O acesso ao lazer, ao esporte e a saúde, tem sido reconhecido em vários marcos legais, nacionais e internacionais, como direitos fundamentais para a garantia e promoção de uma vida mais digna e com qualidade. Sobretudo, as atividades de lazer são possibilidades privilegiadas que abrem perspectivas para mudanças de ordem moral e cultural, necessárias para a implantação de uma nova ordem social (MARCELLINO1987).

Azambuja (1995) propõe que o tempo livre se apresente não como um tempo para passar, e sim um tempo para aproveitar, compartilhar, aprender e criar. São relevantes aqui os critérios de valorização do tempo livre estabelecidos por vários autores, como criatividade, autonomia, sociabilidade, relaxamento e integração pessoal, todos capazes de neutralizar, através de ações culturais e artísticas, os efeitos da marginalização do indivíduo em qualquer faixa etária.

A atividade física, esporte e lazer devem ser monitorados, incentivados, promovidos e organizados como manifestações culturais da sociedade, com recursos humanos qualificadas e metodologias modernas na realização dessas ações proporciona para a sociedade desenvolvimento pessoal, melhorias na saúde, mobilização e convívio social e trabalho coletivo.

Diante da importância dos temas esporte, atividade física, lazer e qualidade de vida o Projeto Rondon® Minas desenvolve ações de diagnóstico participativo, análise empírica de necessidades e demandas da comunidade e execução de ações voltadas para o desenvolvimento local nessas áreas, visando os objetivos descritos abaixo.

### **OBJETIVOS:**

- Realizar diagnóstico das manifestações culturais e dos espaços públicos e privados relacionados a prática de atividade física, esportiva e de lazer
- Mobilizar e incentivar grupos de moradores (adultos, jovens e crianças) para a prática de atividade física e esportiva voltada para a saúde e o lazer.
- Promover a melhoria no convívio social e desenvolvimento pessoal dos moradores através de ações de esporte e lazer
- Realizar formação de professores e gestores na área de esporte, atividade física e lazer na busca de melhoria nas avaliações, aplicações e monitoramentos das



intervenções e da gestão pública

### **ATIVIDADES/METAS:**

#### **1) Diagnóstico das manifestações culturais e dos espaços públicos e privados relacionados a prática de atividade física e esportiva**

- 1.A – Verificação espacial dos locais disponíveis (utilizados ou não) potenciais para a prática de atividade física e esportiva
- 1.B – Coleta de dados quantitativos e qualitativos, através de entrevistas, visitas e acompanhamento das manifestações culturais;
- 1.C – Apontar possibilidades de otimização a utilização dos espaços públicos/privados potenciais para a realização de atividades artísticas, físicas e esportivas

#### **2) Realização de atividades com grupos de moradores (adultos, jovens e crianças) para a prática de atividade física e esportiva voltada para a saúde e o lazer.**

- 2.A – Criação de grupos de atividade física e esportiva com moradores por faixa etária e/ou grupos sociais
- 2.B – Palestras e oficinas voltadas para sensibilização para a manutenção da prática das atividades propostas
- 2.C – Apropriação de espaços para o lazer, voltado para a prática de atividade física, esportiva acessível para os moradores do Município
- 2. D - Relatórios das atividades realizadas e avaliação dos participantes

#### **3) Formação de professores e gestores na área de esporte, atividade física e lazer na busca de melhoria nas avaliações, aplicações e monitoramentos das intervenções e da gestão pública**

- 3.A – Realização de cursos e/ou oficinas visando o enriquecimento de repertório de conteúdos atividades físicas e esportivas nas diversas formas de manifestação: lazer, educacional, rendimento.
- 3.B – Realização de cursos e/ou oficinas voltados para a formação de agentes esportivos dos municípios e as políticas públicas do Estado e da União.
- 3.C – Cursos e/ou oficinas sobre gestão de eventos esportivos
- 3.D – Cursos de arbitragem em diferentes modalidades esportivas
- 3.E – Cursos de professores e treinadores esportivos em diferentes modalidades esportivas.

#### **4) Elaboração de relatório semestral das ações realizadas e resultados**

- 4.A – Elaboração de Relatório das ações realizadas



## **8) PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE**

### **DESCRIÇÃO DA AÇÃO:**

As ações desenvolvidas na temática de saúde ocorrem por intermédio de atividades voltadas para promoção e prevenção da saúde. No que concerne à perspectiva de promoção da saúde evidencia-se a partir da consideração da ampliação do conceito de saúde de que trata a lei orgânica 8080, de 19 de setembro de 1990, em que saúde deixa de corresponder apenas à ausência de doença e passa a correlacionar-se com fatores mais abrangentes, passando a sofrer influência de múltiplos condicionantes e determinantes como: alimentação, transporte, lazer, saneamento, meio ambiente, educação, serviços essenciais. Essa atuação fundamenta-se na perspectiva de uma visão holística e integral do sujeito.

As ações dessa área devem atender ao diagnóstico local da situação de saúde com todos os atores envolvidos nesse processo (usuários, trabalhadores e gestores). Através desse diagnóstico é possível compreender as fragilidades e potencialidades a partir da visão de todos os grupos e, principalmente, construir coletivamente estratégias efetivas para corroborar com um assistência de saúde no seus três níveis de atenção (primária, secundária e terciária) que seja resolutiva e de qualidade.

A proposta constitui também em identificar as principais patologias que acometem a população, bem como o reconhecimento da população vulnerável com intuito de definir mecanismo e estratégias de prevenção e promoção de saúde.

É importante mencionar que todas as ações são constituídas e elaboradas com intuito da sustentabilidade e na construção da autonomia e protagonismo do sujeito. A promoção da saúde junto à população deve promover a participação dos sujeitos nas políticas de saúde locais, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da informação junto à população.

### **OBJETIVOS:**

- Realizar diagnóstico situacional da saúde do município/comunidade; determinando as principais patologias que acometem essa região, os serviços de saúde oferecidos, as formas de acesso ao serviço de saúde nos três níveis de atenção (primário, secundário e terciário), e a qualidade do serviço ofertado.
- Realizar atividades que possam corroborar para a melhoria da gestão da saúde, junto à prefeitura
- Realizar atividades de prevenção e promoção da saúde de forma sustentável e contínua junto à população local.

### **ATIVIDADES/METAS:**

#### **1) Realização de diagnóstico local referente a saúde da população e dos serviços de saúde ofertado pelos municípios**

1.A – Elaboração e confecção de questionário próprio do Projeto para cadastro das



famílias e dos equipamentos de saúde

1.B – Elaboração de estratégia de diagnóstico local para levantamento de fragilidade e potencialidades na área saúde no município/comunidade

**2) Elaboração de Relatórios analíticos e propositivos dos municípios/comunidades que subsidiarão as ações de saúde**

2.A – Elaboração de relatório situacional por município/comunidade a partir dos dados coletados (questionários aplicados em residências dos moradores e com as entidades de saúde). Incluindo dados como: de acesso ao serviço de saúde, doenças crônicas não transmissíveis, qualidade do serviço de saúde, satisfação da população, principais dificuldade dos profissionais que atuam nessa área etc.

2.B – Criação de banco de dados por município/comunidade para subsidiar as ações de promoção e prevenção de saúde e educação permanente em saúde

2.C - Realização de “Diagnóstico participativo” com cada ator (população, gestores, trabalhadores) envolvido com a saúde do município

**3) Elaboração, organização de material didático pedagógico para subsidiar as atividades educativas e de intervenção relacionadas a produção de moradias, direito à cidade, saneamento básico e espaços públicos (cartilhas, apostilas, vídeos, jogos cooperativos, oficinas, workshops, etc).**

3.A – Elaboração de material didático pedagógico

3.B – Capacitação da equipe de campo para utilização do material produzido

3.C – Aprovação dos materiais a serem produzidos junto à Coordenação Geral e parceiros

**4) Realização de atividades junto às comunidades e às prefeituras sobre a temática de prevenção e intervenção na área da saúde**

4.A – Organização de Plano de Execução de atividades a partir do diagnóstico realizado

4.B – Desenvolvimento das ações em parceria com entidades locais e as prefeituras

4.C – Monitoramento e avaliação das atividades realizadas com a comunidade participante e os parceiros.

**5) Elaboração de relatório semestral das ações realizadas e resultados**

5.A – Elaboração de Relatório das ações realizadas para entrega a Coordenação geral e parceiros







**6 - ORÇAMENTO DO PROJETO – (média/viagem de 186.550,00 para atendimento a 15 municípios – 12.436,00 por município)**

ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	PERÍODO	VALOR TOTAL
<b>DESPESAS FIXAS</b>				
Coordenador Geral	01	2.300,00	24 MESES	55.200,00
Coordenadores Temáticos	04	2.000,00	24 MESES	192.000,00
Coordenadores de Campo	15	1.200,00	4 MESES	72.000,00
Estagiários	02	500,00 + 97,20 (transporte)	24 MESES	28.665,60
Assessoria Comunicação	01	2.000,00	24 MESES	48.000,00
Assessoria Jurídica	01	2.000,00	24 MESES	48.000,00
SEGUROS EQUIPES	240	3,00	4 meses	2.880,00
SEGURO EQUIPE/COORDENAÇÃO	08	3,00	24 MESES	576,00
SEGURO EQUIPE TEATRO	04	3,00	1 MES	12,00
MATERIAIS DE CONSUMO	15	300,00	4 MESES	18.000,00
REPROGRAFIA	01	900,00	1 MES	900,00



AJUDA DE CUSTO VIAGEM	15	100,00	4 MESES	6.000,00
GRUPO DE TEATRO/ARTE EDUCADOR	04	1.200,00	1 MES	4.800,00
VAN VIAGEM /TEATRO	01	10.000,00	1 MES	10.000,00
Material de Identificação e Divulgação (camisas)	500	15,00	4 MESES	7.500,00
Material de Identificação e Divulgação (bonés)	300	7,00	4 MESES	2.100,00
DESPESAS VARIÁVEIS				
LOCAÇÃO DE ONIBUS/EQUIPES	10	7.000,00 MÉDIA	04 MESES	280.000,00
			<b>TOTAL</b>	<b>776.633,60</b>

**VALOR ANUAL: 388.316,30**

**VALOR POR VIAGEM: 194.158,40**

**VALOR POR CIDADE ATENDIDA: 51.775,57**